

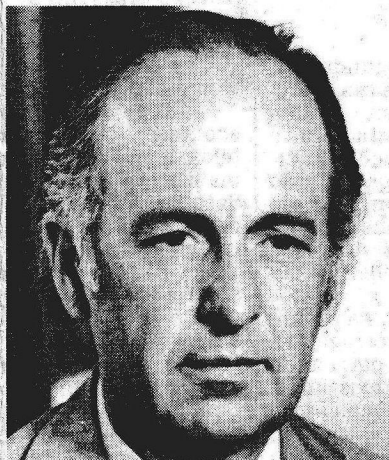
O MERCADO PAROU

Entre críticas e elogios ao tabelamento de juros, o mercado parou, na expectativa.

O mercado financeiro esteve virtualmente paralisado ontem, no Rio, em termos de captação de recursos, já que os bancos suspenderam a colocação de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). Este foi o primeiro reflexo do tabelamento das taxas de juros bancários determinado pelo governo e, segundo informou o presidente da Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamentos (Adecif), Germano Brito Lira, o mercado de CDBs deverá reabrir segunda-feira próxima, com novos níveis de taxas de juros.

Brito Lira acrescentou que o ajustamento nas taxas de captação aos limites de juros de 20% ao ano para grandes bancos, e 24% para pequenos e médios, nos empréstimos concedidos a partir do dia 1º de agosto próximo, só será possível com a definição que o governo dará à administração da sua dívida pública através das operações no mercado aberto. "O Banco Central terá de administrar a dívida no open, com taxas para baixo, e não como vem fazendo na colocação de Letras do Tesouro Nacional", observou o presidente da Adecif.

Em todo o País, as opiniões dos banqueiros em relação ao tabelamento continuam divididas entre críticas e elogios. O presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banesp), Luiz Carlos Bresser Pereira, disse ontem que o tabelamento "é uma solução extremada, mas talvez seja a adequada, desde que complementada com um redutor também nas ORTN e o tabelamento das taxas de captação". Sem o tabelamento dessas taxas, afirmou Bresser Pereira, "será absolutamente impossível para os bancos cobrarem uma taxa de 5%. O Ba-



Bresser Pereira

nespa já cobra 5,8%: alguns grandes bancos um pouquinho mais que isso, mas muitos bancos cobram bem mais e não têm condições de sobreviver com uma taxa dessas, se as taxas de captação continuarem altas como estão".

A adoção de medidas complementares ao tabelamento também é defendida pela Federação Brasileira das Associações de Bancos. Ontem, o conselho superior de orientação da Febraban, reuniu-se em convocação extraordinária, feita pelo presidente da entidade, Roberto Bornhausen, e resolveu emitir uma nota oficial, dando sua posição com relação às medidas adotadas pelo governo.

Segundo a nota oficial, "o sistema bancário considera seu dever alertar que medidas complementares deverão ser tomadas no campo econômico, devendo-se ressaltar entre elas a necessidade de adaptação das taxas das LTN e do financiamento dos títulos públicos no mercado aberto. Ao novo quadro de



Américo Campiglia

taxas, agora estabelecido, sob pena de ocasionar sérios danos ao fluxo de recursos destinados ao financiamento dos setores privados da nossa economia".

Retrocesso

O tabelamento dos juros, na opinião do presidente do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio Grande do Sul, Roberto Maisonnave, foi "um retrocesso", e a medida somente terá sucesso "se o governo obtiver resultados na administração de US\$ 42 bilhões de endividamento externo. Se tiver competência, não precisará tabelar". Ressaltando o grave momento econômico atravessado pelo País, ele classificou a decisão de "absurda" e lamentou por "não poder aplaudir uma medida errada".

Depois de elogiar o tabelamento da taxa de juros bancários, achando que o elevado custo do dinheiro levaria as empresas ao co-

lapso, o presidente do Banco do Estado do Paraná (Banestado), Léo de Almeida Neves, disse que o governo deve, agora, tabelar também as taxas de captação. "Caso contrário, as medidas do governo não surtirão efeitos. Os bancos comerciais suportam trabalhar até com taxas de 4,5%, mas desde que haja a reciprocidade do aplicador. O banco tem de ter um spread para continuar funcionando. Sem o tabelamento da captação, as medidas serão de difícil execução, pois quem tem dinheiro não vai deixar em conta corrente, vai aplicar para obter mais lucros, e tem de haver a reciprocidade."

Para o presidente da Associação das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo (Acrefi), Américo Osvaldo Campiglia, "as novas medidas do governo são boas, ainda que incompletas".

— Precisamos, por exemplo, um controle maior, com consequente redução progressiva, do déficit público, para que não haja pressão desse setor sobre o mercado financeiro, o que elevaria as taxas de juros do mercado interno — explicou.

Campiglia entende que "a eficácia do tabelamento das taxas de juros vai depender de diversos fatores, como as forças do mercado, as pressões sob a demanda de moeda, a competição das instituições financeiras. E vai depender até mesmo do próprio setor governamental, no que se refere a novas medidas de política econômica a serem tomadas daqui para a frente".